



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2019/2021**

1. Dados da reunião

Local	Vídeo Conferência – Plataforma Zoom	Data	09/07/2020	Horário	15h
-------	-------------------------------------	------	------------	---------	-----

2. Participantes

Diretora-presidente do IPC		Rogério Cipriano Moreira	
Cristina Zardo Calvi	P	Josenito Daniel Lemos	
Conselheiros		Angela Júlia Souza Fernandes	P
Rodrigo Garcia Giori	P	Gilmar Monteiro Gomes	
Danuzza Matos Ribeiro		Kátia Regina Grijó	
Jorge Augusto Barcelos	P	Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P
Bianca dos Santos Rangel Olindino		Luciano Constantino	
Menderson Rezende de Moura	P	Convidados	
Vânia Célia de Oliveira	P	Daniel Nogueira Vargas	P
Jonas Ferreira Campos			
Sônia Maria Ribeiro			
Lindalva da Silva Rodrigues			

3. Objetivo

Reunião ordinária para tratar sobre assuntos pertinentes aos trabalhos da gestão. Pautas:

1. Aprovação das atas dos dias 25/05/2020 e 09/06/2020;
2. Devolutiva do ofício enviado ao Prefeito;
3. Curso CPA-10 oferecido pela Crédito e Mercado;
4. Aprovação do Plano de Trabalho;

4. Encaminhamentos da reunião

Reuniram-se às 15h13 do dia 9 de julho de 2020, sob a direção da presidente do IPC, Cristina Zardo Calvi, os membros do Conselho Administrativo. Tendo em visto a crise de saúde pública que o país ainda está passando, devido à pandemia do Covid-19, a reunião foi realizada por vídeo conferência através da plataforma Zoom.

Verificado o quórum presente, foi aberta a reunião ordinária, com a leitura da ata da reunião do dia 25 de maio de 2020. A presidente Cristina enviou-a, previamente por e-mail, a todos os conselheiros, em razão do documento ser extenso e para agilizar o processo de aprovação. Após a leitura, as conselheiras Vânia e Patrícia tiraram dúvidas e sugeriram alterações no texto, que foram aceitas pelos demais membros, culminando na aprovação da ata.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Em seguida, tendo em vista a relevância e a quantidade de temas a serem debatidos, Cristina solicitou que a aprovação da ata do dia 9 de junho de 2020 ficasse para a próxima reunião. Assim, deu início à leitura do ofício enviado pelo órgão deliberativo do IPC ao prefeito de Cariacica, Geraldo Luzia de Oliveira Junior, bem como sua devolutiva. A presidente aproveitou o momento para informar aos demais conselheiros que, em maio e junho, o Instituto foi notificado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e pela Secretaria de Previdência, a respeito da aprovação da nova alíquota de contribuição e que foi estabelecido um prazo para que ela fosse aprovada: 31 de julho de 2020.

Dando prosseguimento, Cristina abordou sobre o curso CPA-10, que será oferecido a 10 colaboradores do IPC sem custos adicionais pela empresa Crédito e Mercado, fornecedora que realiza análise e acompanhamento dos fundos de investimentos do Instituto. A presidente comentou ainda que, durante a pandemia, quatro membros entre os Conselhos Administrativo e Fiscal já a haviam procurado manifestando interesse em estudar para a certificação. Revelou que, do Conselho Administrativo, foram Patrícia e Luciano, e do Fiscal, Larissa e Pierre. Logo após, falou sobre a duração da capacitação (90 dias) e que iria enviar os contatos dos interessados na semana posterior à reunião. Vânia mostrou-se interessada e solicitou sua participação. Cristina contou que conversou, anteriormente, com a conselheira Patrícia e ambas haviam levantado a possibilidade de se realizar um sorteio das vagas. Entretanto, a própria presidente considera o sorteio uma forma injusta de seleção, já que o acesso ao curso expiraria após os 90 dias. Cristina considerou que o melhor seria alinhar na indicação o interesse somado a disponibilidade dos colaboradores.

Avançando o debate, o conselheiro Menderson lembrou que, após o curso de CPA-10, o aluno passa por uma avaliação e que muitos, mesmo fazendo a capacitação, não passam no exame. Ele perguntou à Cristina se a conclusão do curso já tornaria o aluno certificado. Ela, então, o explicou que não e mencionou que a prova é promovida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e que, devido à pandemia, a Associação suspendeu os exames. Disse ainda que, após o curso, o aluno deveria realizar o agendamento da prova com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e citou para quais públicos a certificação era obrigatória, a saber: membros do Comitê de Investimentos deverão ter CPA-10; e, a partir de 2021, um membro do Conselho Fiscal deverá ter CPA-20, um membro do Conselho Administrativo deverá possuir CPA-10 e que, para os demais conselheiros, faltava a definição da Secretaria de Previdência.

Após passar essas informações, a presidente Cristina afirmou que gostaria que, dentre os 10 indicados, estivessem representantes dos dois conselhos e dos servidores do IPC. A conselheira Vânia propôs que se desse preferência aos servidores efetivos, para que o trabalho tivesse continuidade futura, no caso de possíveis mudanças de gestão. Cristina, então, comentou que iria indicar somente efetivos e checkou com o Conselho Administrativo quem tinha interesse e disponibilidade em participar do curso. Os que se manifestaram vontade em se capacitar e Cristina informou-a de que os interessados foram Pierre e Larissa, por enquanto. Cristina sugeriu então, uma proposta igualitária: que fossem indicados três membros de cada Conselho e o restante, quatro vagas, ficassem à disposição dos servidores da autarquia. A proposta da presidente foi aprovada pelos conselheiros administrativos.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Em seguida, Menderson propôs uma alternância nos horários das reuniões, para que parte delas fosse no período matutino e parte no vespertino. Checada a disponibilidade dos conselheiros, a proposta de Menderson foi aprovada.

Dando prosseguimento à reunião, a presidente passou a falar do Plano de Trabalho 2020, demanda obrigatória da certificação Pró-Gestão. A presidente informou que o planejamento teve como base um estudo dos planos dos RPPSs mais qualificados do País, que o documento era sucinto e que estava totalmente aberto à sugestões. Em seguida, deu início à leitura do Plano de Trabalho, o qual contém: as Normas do Conselho Administrativo; o cronograma de reuniões 2020; explicações de como as atas são confeccionadas; além das ações mensais e anuais do Conselho.

Ao ler no Plano que um servidor do IPC deveria redigir as atas, Vânia questionou se havia algum secretário no Conselho para realizar essa atividade e uma legislação que abordasse sobre a presença do secretário. A presidente esclareceu que o fato de um servidor do IPC redigir as atas era apenas um costume e que a figura do secretário administrativo estava prevista no Regimento Interno do Conselho Administrativo. Foi, então, que Rodrigo afirmou que o que importava não era a presença de um secretário fixo, mas que o Regimento estabelecesse que esse fosse indicado no início de cada reunião. Após a fala de Rodrigo, Vânia comentou que o questionamento era uma curiosidade e que via essa formalidade em escolas da rede municipal e em outros conselhos. Diante dos comentários, Cristina achou melhor substituir a expressão 'servidor do IPC' por 'Secretário Administrativo do Conselho', para abarcar as sugestões desses conselheiros.

Já na seção 'Ações mensais e anuais do Conselho Administrativo', ficou decidido que o prazo do item 3, 'aprovar política e diretrizes de investimentos dos recursos do IPC', fosse alterado de 'outubro' para 'de acordo com a Secretaria de Previdência'. Outro ponto modificado foi o item 4, 'estabelecer normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto'. O Conselho entendeu que não era mais uma atribuição dele estabelecer essas normas e que era uma atividade desse órgão deliberativo quando a lei que rege a autarquia foi criada, em 2009. Desse modo, para seguir as novas legislações, os conselheiros consideraram que o termo 'estabelecer' deveria ser alterado para 'adequar'.

Dando prosseguimento, durante a leitura do item 8, 'acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários', a conselheira Vânia questionou se não era dever do Conselho Administrativo debater sobre Reforma da Previdência. O conselheiro Rodrigo, então, posicionou-se e disse que não era atribuição do Conselho esse debate, mas zelar pelas contas do IPC. Vânia, então, disse a Rodrigo que, se a nova alíquota de contribuição iria gerar recursos, acreditava que também era função do Conselho debater a Reforma. Diante da fala de Vânia, Rodrigo negou novamente e enfatizou que ela e a conselheira Patrícia, como representantes dos servidores, deveriam tomar posse das informações transmitidas nas reuniões do Conselho e repassá-las aos respectivos sindicatos. Rodrigo afirmou ainda que o Conselho Administrativo deveria acompanhar o processo da Reforma, mas que o debate deveria acontecer entre órgãos representantes dos servidores, bem como a Prefeitura e a Câmara de Cariacica.

Encerrada a leitura e tendo esclarecido as dúvidas dos conselheiros, a presidente Cristina



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

solicitou a aprovação do Plano de Trabalho, que foi aprovado e postado no site do Instituto para apreciação, como sendo a versão 1.0 do documento.

Cristina então propôs que a próxima reunião corresse no dia 05 de agosto de 2020 às 9hs da manhã, a fim de atender o proposto pelo Conselheiro Menderson. Em seguida, mencionou que as pautas relacionadas ao concurso público do IPC, ao aumento das despesas da autarquia e à aprovação da ata do dia 9 de junho de 2020 ficariam para a próxima reunião. Vânia, então, solicitou informações a respeito dos cargos do Instituto, tais como número de servidores efetivos e comissionados.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 17h15. A próxima ficou marcada para o dia 5 de agosto, às 9h. Não havendo mais nada a tratar, eu, Daniel Nogueira Vargas, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

5. Fechamento da reunião

Data 09/07/2020 às 17h15

Nome do Relator Daniel Nogueira Vargas

Daniel Nogueira Vargas


Cristina Zardo Calvi
Diretora-presidente
Matrícula 15.152

Cristina Zardo Calvi
Diretora Presidente - IPC
Matrícula 15.152